

LUGARES RESSIGNIFICADOS: COMUNIDADES RURAIS EM ORLEANS SANTA CATARINA-BRASIL

Marcio Fenili Antunes¹

Resumo

O presente trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica e de campo realizada no município de Orleans, estado de Santa Catarina – Brasil. Tendo como principal referencial teórico o pensamento de Milton Santos, examina o significado e o papel que as comunidades rurais do interior do município assumiram na região Sul de Santa Catarina tendo em vista a penetração e expansão dos sistemas de produção integrada, especialmente de frangos. Resgata os conceitos de região, território e lugar para analisar os processos de formação territorial e a importância da técnica para o estabelecimento das relações do homem com o meio.

As comunidades rurais são tomadas como lugares, caracterizados em dois momentos históricos: o início de sua formação, época dos primeiros imigrantes e o tempo atual, após as transformações sofridas pela penetração da fomicultura, da suinocultura e da avicultura integrada. O objetivo é revelar um novo lugar, um lugar ressignificado, seja pelo papel que exercem estas comunidades nas atuais redes de produção e comércio, seja pelas novas relações que seus moradores estabelecem com o meio.

Palavras-chave: região, território, lugar.

¹ Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em administração e Planejamento para Docentes pela Universidade Luterana do Brasil. Mestre em Geografia, área de análise territorial, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integra na mesma Faculdade o grupo multidisciplinar para implantação de cursos na modalidade EAD (ensino a distância).
E-mail: marfenili@yahoo.com.br

Introdução

As transformações de ordem social, política e econômica vem promovendo mudanças nos processos de organização dos espaços. Os territórios nacionais, estaduais e municipais reestruturaram-se face aos fenômenos globais que repercutem em todos os níveis de escala espacial. Nesse contexto, é da escala do mundo que trata a maior parte dos autores. Milton Santos, no entanto, destaca que estas transformações se refletem de maneiras diferenciadas em cada lugar (2002, p. 314).

As comunidades no meio rural do município de Orleans, Santa Catarina, Brasil, refletem essas transformações. Fundadas por imigrantes europeus entre o final do século XIX e início do século XX tais comunidades são caracterizadas pela predominância de pequenos proprietários. O apego à terra, o culto às tradições e à religião e o estabelecimento de estreitos laços de solidariedade entre os moradores possibilitou a cada comunidade a construção de suas marcas, seus nós, suas referências territoriais. E possibilitou ainda que cada comunidade se constituísse num nó dentro dos sistemas territoriais mais amplos. Pode-se assim considerar cada comunidade um lugar, mas um lugar que vem passando por modificações motivadas pela penetração dos sistemas de produção pela via integrada: fomicultura, suinocultura e avicultura.

Este artigo apresenta algumas considerações sobre o papel das comunidades rurais no espaço geográfico contemporâneo. Tomando por base a dissertação de mestrado defendida pelo autor, no ano de 2006, discute o papel das comunidades rurais enquanto lugares transformados pelos sistemas técnicos de produção, neste caso a avicultura integrada, dominante especialmente no Sul do Brasil. Busca assim apontar o significado dessas comunidades rurais no tempo presente, tanto para seus moradores quanto para os atores externos. Baseado nas idéias de Santos expõe a dialética interna e externa destes lugares a partir dos sistemas de objetos e sistemas de ações.

Sob tal perspectiva, foram três os níveis de análise adotados: o primeiro nível é o da região sul catarinense. O segundo é o do município de Orleans. O terceiro é o das comunidades rurais. No primeiro caso, resgata-se o conceito de região. No segundo, o de território. No terceiro, o de lugar.

A metodologia da pesquisa envolveu, num primeiro momento, revisão bibliográfica, notadamente àquela relacionada aos conceitos de região, território, lugar, espaço e rede. Outra etapa metodológica consistiu em extensa pesquisa de campo. Nesta

fase, foram entrevistados pequenos proprietários, entre integrados e não integrados, velhos e novos. Também foram realizadas diversas fotografias de aspectos significativos da paisagem. O enfoque desta etapa, mais qualitativo do que quantitativo, resultou numa seleção de entrevistas e mapas mentais.

O sul de Santa Catarina: A região

Os estudos regionais ganharam relevo a partir de Vidal de La Blache no final do século XIX. Nesta época a Geografia passava por um grande nó teórico e metodológico: ciência da natureza ou ciência do homem? Para Lencioni:

A relação entre os fenômenos físicos e humanos de uma dada área aparecia como solução para o impasse teórico-metodológico. Neste momento, consagraram-se os estudos regionais como a alternativa para a manutenção da unidade da disciplina Geografia (2003, p. 100).

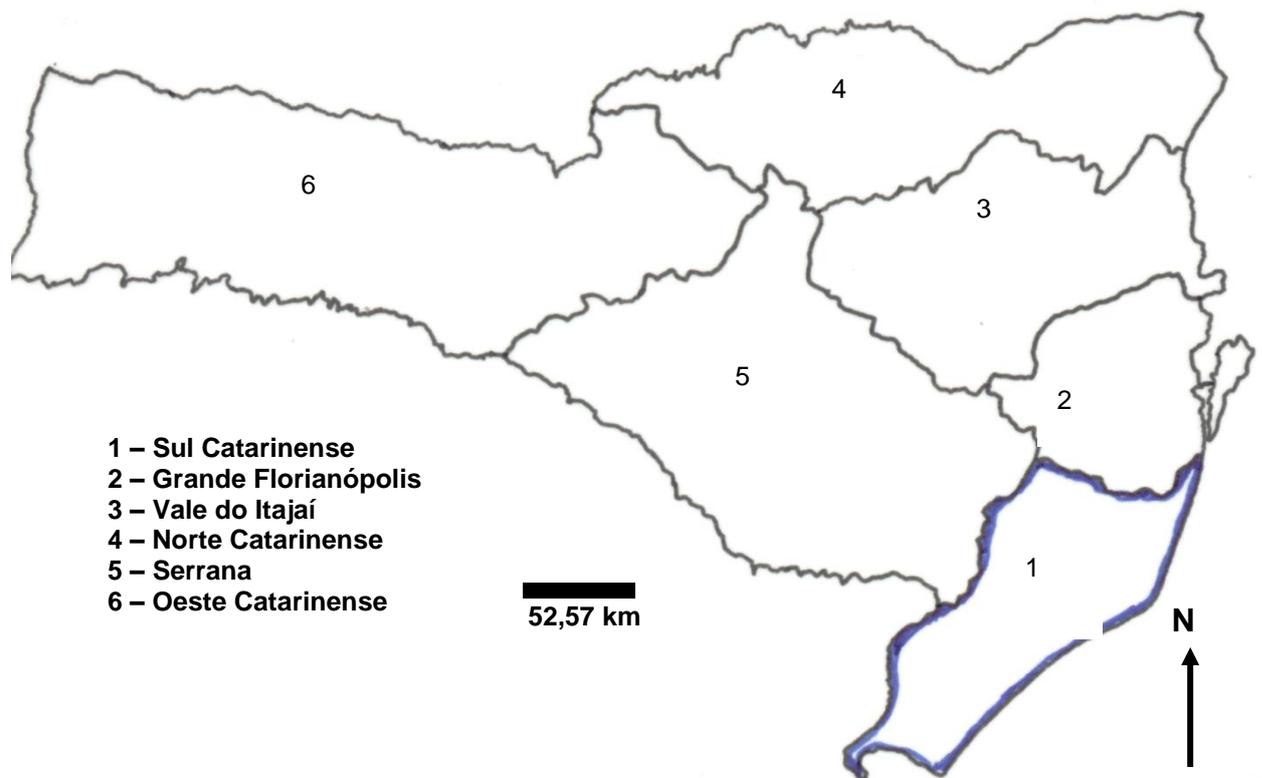
Deste ponto em diante multiplicam-se as concepções sobre o que seja região e o enfoque teórico-metodológico sobre ela vai sofrendo críticas e redefinições. A região de La Blache possui realidade objetiva e pode ser distinguida na paisagem. A região é “uma personagem” que existe em si. Cabe ao geógrafo estudá-la e estabelecer a síntese das relações existentes entre os elementos de ordem natural e sociocultural. La Blache afirmava a unidade dos aspectos físicos e humanos através do estudo da região. Lencioni esclarece o que seria um estudo na perspectiva lablachiana:

Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região (2003, p. 105).

Segundo Correa, de Vidal de La Blache até nossos dias, as acepções de região vêm sendo sutilmente modificadas ou adaptadas sob a influência do contexto social. Assim, contemporânea à concepção lablachiana surge a concepção de região natural, ligada basicamente aos geógrafos físicos e aos cientistas que adotaram o determinismo ambiental no final do século XIX. Uma outra acepção é a da *região-paisagem*, “entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem

natural em cultural” (2005, p. 185). Por outro lado, para o IBGE, a região é tomada como classe de área, concepção que ganhou destaque a partir dos anos 50 com a revolução teórico-quantitativa, de base lógico-positivista. O País foi dividido em macro, meso e microrregiões para fins de estatística e planejamento.

O estado de Santa Catarina, situado na macrorregião Sul do Brasil, encontra-se atualmente dividido em seis (6) mesorregiões geográficas. Dentre elas encontra-se a mesorregião do Sul Catarinense.



Fonte: [HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (adaptado pelo autor)

Obs.: A mesorregião do sul catarinense localiza-se entre as latitudes 28°05' e 29°20'S e as longitudes 48°38' e 50°10' O. Engloba três microrregiões: Criciúma, Tubarão e Araranguá.

Estudar o Sul de Santa Catarina dentro da concepção de região-paisagem, mas delimitada a partir das definições do IBGE, possibilitou entender sua transformação de paisagem natural em cultural. Para esta transformação foi expressiva a influência da geomorfologia, obedece a seguinte compartimentação regional.

Um primeiro compartimento é representado pelas planícies flúvio-marinhas e lacustres que compõem a faixa litorânea. Este compartimento foi o primeiro a ser ocupado, basicamente por portugueses açorianos. Nesta área, os solos frágeis, aliados à

falta de vocação agrícola dos imigrantes, resultaram em um espaço cujo papel regional ligou-se historicamente à função portuária, basicamente urbana, e à função de ligação do interior com outros espaços, nacionais ou internacionais. Laguna e Tubarão são as cidades que melhor expressaram esta condição.

Um segundo compartimento é representado pelas serras do leste catarinense. É esta área de geologia antiga e profundamente dissecada que foi ocupada pelos colonos alemães e italianos, desenvolvendo aí uma economia voltada inicialmente ao autoconsumo através de pequenas propriedades. Com o tempo, a atividade colonial dinamizou-se. Primeiro, pelo crescimento do comércio dentro e fora da região Sul de Santa Catarina, atendendo às demandas das atividades ligadas à mineração do carvão e ao consumo de banha no Sudeste do País. Depois, com a penetração dos sistemas de produção integrada: a fumicultura, a suinocultura e a avicultura.

Um terceiro compartimento é representado pelos patamares orientais da Bacia do Paraná. É aí que a exploração do carvão fez surgir uma economia industrial e urbana, cujo desenvolvimento maior ocorreu a partir dos anos 70. A acumulação de capitais por alguns grupos fez desenvolver uma maior concentração industrial e urbana, superior à das demais áreas do Sul Catarinense. A cidade de Criciúma foi a que absorveu a maior parte deste capital e da mão-de-obra oriunda tanto de seu próprio meio rural como dos municípios vizinhos.

A influência dos elementos naturais, notadamente o solo e a topografia, foram relevantes, mas não únicos e nem tão pouco determinantes na transformação destes espaços. Na verdade, o peso da natureza só é marcante à medida que é o suporte para as primeiras relações que se estabeleceram entre o imigrante e seu meio. Mas o fato é que estas acabaram por orientar os processos e as formas de apropriação, configurando os três compartimentos em espaços diferenciados, nos quais os sistemas de objetos e ações transformaram-se diferentemente. Reconhecemos nas microrregiões de Araranguá, Criciúma e Tubarão, definidas atualmente pelo IBGE, configurações territoriais diferenciadas resultantes deste processo.

O município de Orleans: o território

O termo território é utilizado para identificar diferentes espaços. Alguns autores, como Raffestin (1993) conceituam território como uma condição inerente ao homem, no

sentido que cada ser humano, ou qualquer coletividade, desenvolve um conjunto de relações com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos. Neste caso, na visão de Rafestin, o espaço é a "condição original, ou prisão original, primária, e o território é a prisão que os homens constroem para si". Heindrich sustenta esta posição:

Quando a humanidade começa a se libertar dos imperativos originais do espaço também inicia a formação da espacialidade histórica, que também poderia ser entendida como uma humanização. É nesse momento que aparecem as primeiras formas geográficas, mesmo que elas sejam muito efêmeras. Quando um bando disputa com outro uma fonte de água, a relação estabelecida é de uma territorialização, que ao mesmo tempo vincula um grupo ao espaço e desvincula o outro. Ainda não é o caso de imediatamente visualizar-se o território consubstanciado como a prisão inventada pelos homens para eles mesmos (RAFESTIN, 1993, p. 142), mas é importante que se reconheça isso como o início de uma fronteira histórica que permite o alcance da condição territorial (HEINDRICH, 2000, p. 38).

Heindrich sustenta ainda que, antes do surgimento do território, o que se desenvolve são as territorialidades. Então, os territórios só surgem a partir do estabelecimento de um conjunto de relações que vinculam um indivíduo, ou grupo de indivíduos, a um determinado espaço. Os territórios são produtos de um processo de evolução das territorialidades. Para Heindrich, esta evolução pressupõe apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. Para que a condição territorial seja alcançada com plenitude, seria necessária também a manifestação generalizada de um poder. O poder é aquele que define, em última instância, a demarcação e a separação.

A região Sul de Santa Catarina é a condição original do espaço e o território inicia a ser construído com a chegada, primeiramente de portugueses e, em seguida, dos imigrantes europeus de outras nacionalidades. É a partir das relações estabelecidas por portugueses, alemães, italianos, poloneses, russos e outros com aquele meio, e dos embates que os povos já ali estabelecidos (os chamados bugres) que se estabelecem os vínculos que farão dos lugares ocupados, territórios. Surgem, a partir daí, as formas geográficas, ao mesmo tempo produtos e produtoras de territorialidades. Tais territorialidades são as condições essenciais e primeiras para o surgimento de um

território, alcançando a plenitude do conceito que tomamos como principal, ou seja, um território só se realiza quando duas condições básicas são cumpridas – dominação e apropriação. Entendemos então que o território do município alcançou estas condições pela ação conjunta de três elementos ou atores: a Igreja, o Colono e a Empresa de Terras e Colonização. O primeiro e o segundo agentes possibilitaram a dimensão da apropriação simbólica, a partir do desenvolvimento das territorialidades dentro do espaço original dividido entre os compartimentos das serras do leste catarinense, do litoral e da bacia do Paraná. Foi desta apropriação particular no contexto regional que surgiram as comunidades. Estas se tornaram espaços singulares, lugares cujo significado transformou-se com a evolução dos sistemas técnicos. O terceiro agente, a Empresa de Terras e Colonização, possibilitou a dominação política com a criação da Colônia oficial do Grão-Pará e a construção das infra-estruturas que determinariam sua ordenação territorial. Tal ordenamento territorial possibilitou o desenvolvimento de atividades econômicas orientadas para as redes de comércio local, regional e nacional, as quais atendiam direta ou indiretamente os interesses de grupos capitalistas localizados no Sudeste do país. No entanto, também possibilitou o estabelecimento e o crescimento das comunidades camponesas.

O território do município de Orleans prestava-se, assim, no início de sua ocupação pelos imigrantes a um multi-funcionalismo, à medida que várias práticas eram possíveis: a produção para o autoconsumo, a produção para o comércio intra e extra-regional e o estabelecimento de um cotidiano condizente com o modo de vida camponês. De certa forma, acontecia que o sistema técnico e os objetos, naturais ou artificiais, constituíam sistemas abertos, exatamente na medida em que adquiriam funcionalidade a partir das escolhas sociais. Assim, embora o território servisse às verticalidades, ou seja, atendia aos interesses dos atores hegemônicos da época, era a partir das relações locais, dentro das comunidades, as horizontalidades no dizer de Santos, que este território se organizava a comunidade rural: O LUGAR

A afirmação de que cada comunidade é um lugar e é a partir dele que o espaço vai se transformar, e aí incluímos o espaço enquanto região, território ou de forma mais aberta, espaço geográfico – critério fundamental em nossa proposta. As comunidades rurais são lugares caracterizados por sistemas de objetos e por sistemas de ações. O papel das comunidades nas redes de relações dos primeiros tempos da imigração e o seu

papel nos dias de hoje, bem como suas especificidades enquanto lugares vão depender do conjunto de objetos que cada comunidade contém, do conteúdo destes objetos e da intencionalidade dos sujeitos que os utilizam. Deve ficar claro, no entanto, que os objetos só adquirem sentido a partir da mediação técnica. É a técnica que faz de cada objeto mais ou menos funcional, mais ou menos significativo para os moradores de cada comunidade. É também a técnica que dá sentido ao papel do lugar no espaço de fluxos. Também é a técnica contida nos objetos que possibilita a relação do colono com o seu meio local. Claval argumenta o seguinte:

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia (1999, p 219).

O conteúdo de cada objeto corresponde ao seu potencial de transformação do espaço. Assim, existem objetos com elevado potencial e outros de menor potencial. Esse potencial só pode ser medido através da consideração de vários fatores que caracterizam o seu entorno. Um mesmo objeto apresenta potencial diferente se inserido em sociedades diferentes. Como exemplo, um mesmo computador pode comandar a rede financeira mundial se localizado no centro de São Paulo e não servir para absolutamente nada numa comunidade de analfabetos em informática. Também o valor simbólico de um mesmo objeto varia de lugar para lugar, de sociedade para sociedade. E o significado simbólico de cada objeto transforma-se em valor potencial, à medida que serve de referência à consolidação das identidades locais. Quero dizer que os objetos de maior potencial são aqueles que se revestem de duas qualidades intrínsecas: funcionalidade e significado simbólico. A funcionalidade corresponde ao conjunto de operações que ele permite realizar, garantindo a continuidade da sociedade, seja local, regional, nacional ou global.

O papel das comunidades nas redes de relações comerciais e o seu significado enquanto espaço de vida para seus habitantes vai se transformar a partir da introdução de novos sistemas técnicos, representados no caso do município de Orleans pelos sistemas de produção integrada, pois estes dão novo valor aos objetos. Dentro desta perspectiva, destacam-se três momentos deste processo.

O primeiro momento é o que chamamos de “*O Lugar do Camponês*”. O “*lugar do camponês*” eram as comunidades rurais, mais de 40 no município de Orleans. Caracterizamos estes lugares, em princípio, a partir de sua importância na construção do espaço geográfico regional e nacional. Esta importância pode ser sintetizada pelas seguintes funções:

- parada para os tropeiros que realizavam o comércio entre a Serra e o Litoral;
- ocupação e construção territorial do espaço aberto ainda existente entre o litoral já ocupado por açorianos e a região serrana já ocupada pelos fazendeiros de gado;
- fornecedora de alimentos para o mercado regional e nacional.

Estas funções demonstraram que as comunidades rurais do passado eram lugares inseridos dentro de uma lógica espacial cujos fatores que a explicam vão muito além da escala local. Ou seja, utilizando-nos das idéias de Santos, as comunidades obedeciam a uma lógica vertical. As comunidades eram pontos nodais daqueles fluxos: o fornecimento de alimentos para a região mineira; o fornecimento de carne e banha de porco para o Rio de Janeiro; entreposto para os tropeiros e para os que desbravavam e ocupavam a terra. Estas funções em seu conjunto representavam assim um sistema de ações que só se realizou a partir do sistema de objetos de cada lugar. Ao estudarmos estes objetos, dentre estradas de boi e de ferro, pontes, casas, igrejas, capelas, rios, morros e outros, descobrimos a importância das casas de comércio, também chamadas de vendas. As vendas eram o objeto crucial para o funcionamento dos fluxos comerciais do passado colonial, pois era através delas que a produção local era comercializada, seja de gêneros alimentícios para a própria região do Sul Catarinense, seja de banha e carne de porco para o Rio de Janeiro. Era também nas vendas que os tropeiros negociavam cabeças de gado, ou mesmo charque e queijo, em troca de alimentos das colônias. Um outro aspecto relevante é que os donos das vendas se constituíram em uma pequena “elite” de comerciantes, que acabaram subordinando os demais colonos através de relações comerciais assimétricas.

Mas estes lugares, as comunidades rurais, não se constituíram unicamente pela ação dos vetores verticais, os quais obedeceram mais ao tempo do mundo. Também se constituíram obedecendo ao tempo mais interno, aquele do cotidiano das pessoas. Nos

locais onde se estabeleceram as comunidades, os imigrantes reproduziram o modo de vida camponês trazido de suas tradições européias. Foi este modo de vida que permitiu, por um lado, as comunidades servirem àquela lógica vertical referida anteriormente, e por outro, o surgimento de espaços singulares, fruto das relações do colono com o seu meio. Estas relações, as quais Milton Santos chama de horizontalidades, singularizaram os espaços das comunidades. Neste sentido, o sistema de objetos determinou ligação muito forte do colono com o meio físico. Este traço configurou-se através da toponímia local, alusiva a elementos da natureza, notadamente hidrográficos. O sistema de objetos também definiu os limites da própria comunidade e a identidade de cada lugar. Neste caso, foi a Igreja como instituição e como objeto, através das capelas, que exerceu o papel mais relevante. Em suma, o conjunto de objetos de cada comunidade deu significado àqueles lugares, tendo em vista às ações que possibilitavam aos colonos realizarem. Se for verdade que estas ações atendiam interesses de fora da comunidade, também é verdade dizer que essas ações reforçavam os laços afetivos entre o homem e seu lugar, ao mesmo tempo em que preservava seu modo de vida. Os homens não se subordinavam aos objetos, mas os subordinavam aos seus interesses e lhes davam valor conforme seu conhecimento técnico ou tradição cultural. A comunidade assim era um lugar aberto de possibilidades. Espaço de convivência, de comunhão ou confronto com a natureza, de produção, de comércio, de relações sociais e de exercício da fé. Do primeiro momento ao qual nos referimos até agora, segue-se um segundo que identificamos como o processo de introdução dos sistemas de produção integrada. Estes sistemas que começaram com a fumiicultura, passando pela suinocultura e chegando à avicultura, mais recentemente, transformaram as comunidades à medida que seus objetos passaram a ter um outro valor. E também porque novos objetos são introduzidos.

A proliferação destes sistemas em âmbito regional e municipal encontrou razões na conjuntura de mercado mundial e nacional, com o aumento das demandas respectivas, como em fatores locais. Dentre estes, destacaram-se as dificuldades de cultivo de outros produtos em função do tamanho reduzido das propriedades, da baixa fertilidade das terras e da topografia acidentada. Mas destacamos como fator principal a certeza de comercialização da produção, garantindo renda, capitalização e melhoria de vida para o colono.

A fumicultura, pioneira neste processo, capitalizou o agricultor e dinamizou a economia do meio rural. Possibilitou à família camponesa aquisição de bens de consumo não-duráveis, eletrodomésticos e veículos, aproximando-a do nível consumo e do modo de vida urbano. Mas também lhe impôs novas necessidades: a absorção e domínio de conhecimentos técnicos. Os filhos foram mandados para estudar nas cidades e a família camponesa encolheu. No rastro da fumicultura, a suinocultura expandiu-se se valendo dos capitais já acumulados por esta e da tradição criatória de boa parte dos imigrantes. Finalmente, a partir dos anos 80 e sendo potencializada pelo Plano Real, já nos anos 90, a avicultura se prolifera. Cada uma destas atividades fez das comunidades sedes de unidades produtoras integradas, elementos básicos e primários das redes de produção e comercialização de grandes empresas. As estradas cada vez mais vão servindo ao transporte destes produtos, mas também aos fluxos de pessoas e informações relacionadas diretamente aos sistemas técnicos da fumicultura, suinocultura ou avicultura. Novos objetos são introduzidos na paisagem rural: estufas, granjas de porcos, granjas de frangos.

O aparecimento de um novo lugar, ao qual denominamos de “*O Lugar do Integrado*”, advém de um novo papel, ou significado, das comunidades rurais na organização do espaço geográfico como resultado da introdução e expansão no meio rural dos sistemas de pecuária integrada. Tomando como exemplo máximo, as comunidades marcadas por grande número de granjas de frango, pois estes elementos são os que alcançaram maior tecnificação, quando comparados à fumicultura e à suinocultura. Neste sentido verificamos que os colonos submetidos ao tal sistema estabeleceram relação diferente com o seu meio. Perceberam, nos objetos de sua comunidade, um novo valor, um novo significado.

Uma primeira observação é que as granjas, enquanto objetos técnicos e altamente tecnificados, diminuem a relação afetiva do colono com o seu meio. Elas podem estar em qualquer lugar, pois não dependem de fatores locais, mas de fatores estranhos ao próprio lugar, como é o caso dos conhecimentos técnicos, insumos, energia elétrica e matéria-prima. Esta situação é reforçada pelo significado que assumiram os demais objetos das comunidades para estes moradores: a capela, as vendas, as casas de moradia, os rios, as estradas.

Estabelecendo rapidamente uma comparação com as características dos objetos das antigas comunidades, temos que os sistemas de objetos das comunidades onde a integração predomina:

- não se subordinam ao colono à medida que sua construção e operação dependem da técnica do mundo e não do lugar;
- possuem forma e conteúdo atrelados aos interesses externos e não locais;
- são menos polivalentes, especializando-se no cumprimento das funções de interesse dos grupos hegemônicos e diminuindo o leque de escolhas do camponês;
- reduzem o papel do colono dentro da comunidade, limitando-o à de produtor.

Além disso, é importante ressaltar que este sistema de objetos enfraquece a noção de lugar simbólico, como na visão de Yu Fu Tuan, pois a vivência social e cultural transfere-se da capela (igreja) e seu entorno para dentro de casa (televisão, internet). Os objetos naturais não mais fazem parte do cotidiano das pessoas, sendo este determinado, no caso dos integrados, pelas necessidades do objeto granja que é ligado à integradora, e não à comunidade.

O sistema técnico e os objetos, naturais ou artificiais do passado constituíam sistemas abertos, exatamente na medida em que adquiriam funcionalidade a partir das escolhas sociais. Atualmente, o papel de produção territorial, no que tange às infra-estruturas, cabe ao poder municipal e não mais à Empresa de Terras e Colonização. Entretanto, os sistemas integrados impuseram ao uso do território uma “*racionalidade instrumental*” cada vez mais homogenizante, cujos objetivos são os das empresas integradoras. Neste caso a noção de poder é estranha ao próprio território, ligando-se aos sistemas de normas técnicas que acabam por regulá-lo. O poder público municipal é um agente que integra este campo de relações que é o território. As atividades que desempenha cada vez mais atendem a ordem do privado e não do público.

Uma outra questão a ser referida é que as redes do passado necessitavam dos lugares que formavam o espaço regional. A banha, principal produto, seguia o seguinte fluxo: Comunidade rural - Sede do município - Porto de Laguna - Rio de Janeiro. Os fluxos estabelecidos pela pecuária integrada ligam as comunidades do município às sedes regionais das empresas integradoras e daí diretamente com o Porto de Itajaí,

principal porto exportador de carne de frango do Brasil, de onde seguem destino para o exterior. Parte da produção fica para o mercado regional.

O papel que as comunidades rurais exerciam como pontos de parada para tropeiros não existe mais. As estradas asfaltadas continuam ligando a região serrana de Lages e São Joaquim ao litoral, mas com destino à Florianópolis, Criciúma ou Tubarão.

Conclusão

Nossa pesquisa buscou revelar o papel e o significado das comunidades rurais, acreditando na importância do lugar para a construção do espaço geográfico.

De fato, as comunidades rurais do município de Orleans-Santa Catarina também são outras. Transformaram-se em sua função nos âmbitos territoriais de diversas escalas. Também transformaram-se enquanto espaço de vida para o camponês.

A partir da implementação sobre o território das redes de produção integradas, o isolamento geográfico começou a desaparecer e percebeu-se a desestruturação das redes de solidariedade locais. As relações informais deram lugar às relações formais entre integrado e integradora, que estruturaram o ritmo e as tarefas da atividade produtiva. A mediação tecnológica da era técnico-informacional passou a ser essencial na relação do colono com o seu meio. Ao mesmo tempo, a invasão do meio rural por bens altamente tecnificados substituiu o tempo mais interno pelo mais externo. O "*integrado*" é mais influenciado pelo "*mundo*" do que pelo lugar. Isto ocorre tanto pela influência da TV e internet como pelos objetos que opera diariamente, os quais integram as granjas de frango. O lugar passa a ser somente suporte das redes, e não mais espaço de vivência e desenvolvimento de territorialidades.

O lugar do integrado é um novo lugar. E o espaço geográfico se constrói a partir dele. Este novo lugar é a mesma comunidade do passado, mas ressignificada, pois ressignificados estão seus objetos. Para Santos:

Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre criando-se uma nova geografia (2002, p. 97).

Qual geografia será essa ? Assim como nas cidades, o território do meio rural submetido às redes tecnificadas molda-se como território de produção e fluidez dos

capitais das corporações, e os antigos lugares da manutenção e reprodução dos modos e dos sentidos da vida no campo são agora meros pontos do emaranhado que se cria, e se recria também a partir deles mesmos.

Bibliografia citada no texto

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: USP, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: USP, 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

TUAN, Y. *Topofilia*. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. *Espaço & lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983.